

CPMF: pressão sobre a relatora

CEDOC/JFREITAS/AGÊNCIA SENADO

O presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), deve apelar à senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que relata a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011, para que amenize seu parecer sobre o assunto. Responsável pela primeira análise do tema na Casa, a senadora já disse ser contrária à cobrança da contribuição.

O calendário de discussão e votação da CPMF será o principal assunto da reunião que Tião fará amanhã com os líderes partidários. "Espero que as diferenças ideológicas sejam preservadas, as convicções políticas mantidas, as críticas sejam apresentadas, mas não tenhamos um comportamento passional nem de divisão", disse ele.

O petista buscará a negociação com os partidos de oposição (PMDB, DEM e PSDB), que têm maioria no Senado em busca de um acordo para aprovar a CPMF no prazo planejado pelo governo.

O objetivo dos governistas é discutir o assunto até novembro e concluir a votação, no máximo, em 20 de dezembro. Para aprovar a medida em plenário, são necessários, no mínimo, 49 votos favoráveis.

A primeira dificuldade do governo começa na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)

do Senado. Na comissão, a relatora Kátia Abreu tem um mês para apresentar seu parecer. Ela já indicou que deverá sugerir a rejeição da manutenção da cobrança.

Pela Constituição, a vigência da cobrança da CPMF termina no dia 31 de janeiro, daí a pressão do governo em aprovar a proposta ampliando o prazo até 2011. "Se nós não votarmos, (vamos ter um prejuízo de) R\$ 3 bilhões a partir de janeiro. É possível construir um entendimento", afirmou Tião Viana.

O petista disse ainda que pretende conversar nesta semana com os governadores que virão a Brasília para tratar da CPMF. A maior parte dos governadores defende a divisão da arrecadação com os Estados e municípios.

Porém, os ministros Guido Mantega (Fazenda) e Paulo Bernardo (Planejamento) descartaram alterações nesta fase de discussão e votação no Senado.

■ Recursos fundamentais

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, afirmou que o Governo Federal não abrirá mão da determinação de aprovar a emenda que prorroga até 2011 a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira.

Com o argumento de que os recursos arrecadados com a co-



■ SENADORA KÁTIA ABREU JÁ ANUNCIOU QUE PRETENDE RECOMENDAR O FIM DO IMPOSTO EM SEU PARECER

brança da contribuição são fundamentais para o equilíbrio das contas públicas, a ministra fez ontem um apelo aos partidos de oposição: "Nós estamos num processo, sem sombra de dúvida, determinado e sistemático no sentido da aprovação da CPMF. E acredito que, da parte da oposição, também há responsabilidade, principalmente

porque ela já foi governo", disse a ministra, em declaração divulgada pelo programa Bom dia Brasil, da TV Globo.

Segundo Dilma Rousseff, os recursos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira — num total de R\$ 38 bilhões a R\$ 40 bilhões anuais — são fundamentais para o equilíbrio das contas públicas e para

a manutenção dos programas do governo voltados para a saúde, a educação e a infra-estrutura.

Apesar dos apelos do Palácio do Planalto, a oposição no Senado está a fim de complicar a vida do governo. Os senadores do DEM, PSDB e PMDB querem que o governo recue em alguns pontos para beneficiar estados e municípios.